

As fontes jornalísticas em jornais do Paraná no encerramento do Aterro da Caximba

Amanda BACHAL¹

Kassia Ayumi NAKAZAWA²

Marcelo Fernando de LIMA³

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar como o conflito em torno do encerramento do aterro sanitário do bairro da Caximba, em Curitiba, foi representado pelos jornais *O Estado do Paraná*, *Gazeta do Povo*, *Jornal do Estado* e *Tribuna do Paraná* durante os meses de setembro a dezembro de 2010. A partir da análise das matérias, demonstram-se quais foram as representações sociais construídas pelos veículos de comunicação sobre o tema e sobre os atores sociais identificados como principais fontes. Para alcançar os propósitos centrais, foi utilizada a base teórica das representações sociais e teorias ligadas ao jornalismo.

Palavras-chave: Comunicação. Representações Sociais. Movimentos Sociais.

Introdução

A questão ambiental em Curitiba sempre teve destaque na mídia. A chamada “Capital Ecológica” esteve sob os olhos atentos do mundo devido ao seu bem-sucedido plano urbanístico e modelo de transporte público, além de programas socioambientais. Dentro desse contexto, em novembro de 2010, o encerramento do aterro sanitário da Caximba se tornou foco da mídia paranaense durante todo o processo. Os jornais *O Estado do Paraná*, *Gazeta do Povo*, *Jornal do Estado* e *Tribuna do Paraná* acompanharam o desenrolar dos fatos, retratando o encerramento em notícias publicadas durante o período de setembro a dezembro. Para compreender a forma como isso foi feito, é necessário compreender, por meio de teorias do campo da comunicação, quais são os fatores que orientam a produção jornalística e de que forma esta influi na

¹ Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Institucional (CTCOM) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

² Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Institucional (CTCOM) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

³ Doutor em Letras e professor do Departamento de Comunicação e Expressão (DACEX) da UTFPR-Curitiba, atuando no Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Institucional (CTCOM).

construção da realidade social. Este trabalho busca discutir as representações sociais dos atores envolvidos na polêmica do fim do aterro, utilizando a seguinte forma de exposição: num primeiro momento, é exposta a questão do lixo em Curitiba; depois disso, é feita a análise das matérias estudadas.

Curitiba e o lixo

Um dos fenômenos que contribui diretamente para o aumento massivo da produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é o constante crescimento populacional. Esse processo intensificou-se nas últimas décadas. O crescimento exponencial nas cidades é um catalisador para o aumento das regiões marginalizadas que, por estarem distantes dos centros, acabam sendo “esquecidas”. E quando dizemos regiões marginalizadas não queremos nos deter apenas às favelas, mas também às regiões metropolitanas. Um dos grandes desafios é a coleta e a destinação do lixo produzido nas grandes metrópoles.

A “era do consumo” trouxe um dos mais graves problemas ambientais da humanidade, fruto direto do exacerbado consumismo que caracteriza a sociedade contemporânea, conforme Rodrigues (1998): os resíduos sólidos urbanos. O ato de consumir se tornou uma das maneiras de demonstrar o *status* social, ou melhor, de fazer sentir-se mais privilegiado que o próximo. É o tempo do “eu tenho” e não “eu sou”. Assim como afirma Marta Pimenta Veloso (2005, p. 50), “atualmente, o homem costuma ser valorizado pela capacidade e consumo”.

O ponto crítico do crescimento desenfreado da produção de RSU é quando o sistema que tentaria comportar e dar suporte é falho. A partir do momento em que o processo de coleta e destinação final realizado inapropriadamente, esse fato agrava-se. Dados da Abrelpe mostram que, no ano de 2008, 55,9% dos municípios brasileiros possuíam o serviço de coleta seletiva e apontam que mais da metade dos RSU coletados naquele ano receberam destinação adequada (aterros sanitários), fato registrado pela primeira vez no Brasil. O restante (aproximadamente 44%) tiveram destinação inadequada (aterro controlado e/ou lixão).

Apesar de mais da metade do contingente ter recebido destinação final correta, os 44%, quando transformados em números reais e amontoados em um aterro sanitário diariamente, somam um grande prejuízo ambiental. Dessa forma, os serviços de gestão

de resíduos sólidos “não se restringem, assim, à fase de coleta, mas também à transferência do lixo coletado para tratamento, reaproveitamento e sua disposição fina”, como afirmam Motta e Sayago (1998, p.3).

A ausência de uma legislação específica para tratar da questão ambiental no país, no que envolve a disposição final de RSU, é um agravante para o processo. Gaiiski observa que “é extremamente difícil convencer o poder público de que o meio ambiente é prioritário, uma vez que são muitos os problemas que afligem a humanidade e também existe uma dinâmica econômica, política e social que influi nas tomadas de decisões” (1989). Há tentativas de governos estaduais e municipais por meio de Códigos Sanitários, porém se alega a falta de recursos financeiros.

Divulgada pela propaganda oficial por seu planejamento urbano bem-sucedido, fato que a diferencia de outras capitais brasileiras, a capital paranaense desenvolveu ações que aliaram questões ambientais, sociais, educacionais e econômicas, tentando viabilizar a coleta de lixo em locais de difícil acesso. A implantação desses programas foi o caminho para a conquista do título, que é reconhecido internacionalmente, recebido por Curitiba: o de Capital Ecológica. Um dos responsáveis pela conquista foi o programa “Lixo que não é lixo”, iniciado em 1989 com adesão da população que recebeu “doses maciças de informação a respeito da importância e das desvantagens” (TRINDADE, 1997, p. 105) da separação prévia dos resíduos domiciliares recicláveis. Este programa foi acompanhado de uma grande campanha de divulgação, o que foi essencial para o apoio dos moradores e também para o quê, em seguida, resultaria no reconhecimento da ONU em 1990 através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE), junto do programa “Compra do Lixo”.

Além de contribuírem para o recolhimento dos RSU, educação ambiental da população, viabilizar economicamente diversas ações do município e ainda “fazer com que amplos setores da população de mais baixa renda se sentissem participantes de um mesmo projeto comum da cidade” (OLIVEIRA, 2011, p. 186), foram vitrines para atrair os olhares para a capital paranaense. O city marketing⁴ foi um instrumento importante, pois, neste caso, como Marchesini Jr (2010) defende, direcionou a atuação de políticas

⁴ Define-se tal ferramenta como cita Sánchez (1999a, p.115), “City Marketing constitui-se na orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista, ou o próprio cidadão”, ou seja, a construção da cidade é feita sobre a busca de investimentos e valorização para a cidade, criando um espaço que seja consumido pela própria população, mas principalmente por turistas e empresários (MARCHESINI, 2010, p. 93).

públicas para a construção daquele espaço, caracterizando Curitiba como “a cidade sustentável”, “capital tecnológica” ou “capital ecológica”, isto é, formando a caracterização mercadológica. Porém, há quem aponte contradições entre a imagem gerada pela cidade para “o turista ver”, como diria Dalton Trevisan, e a Curitiba real.

Em meio a diversas áreas verdes, um bom sistema de transporte público e uma boa legislação ambiental, é possível encontrar falhas que, por estarem escondidas na periferia da capital, surgem apenas quando os problemas mais complexos vêm à tona. E este é o caso do Aterro do baixo da Caximba, localizado no extremo sul de Curitiba, a 23 km do Marco Zero, na Praça Tiradentes, sendo o ponto mais distante do centro da cidade. Conhecido pelas olarias que fornecem grande parte dos tijolos na construção civil da cidade, o bairro conta com cerca de 3 mil habitantes, a maioria descendente de poloneses e italianos.

No dia 20 de novembro de 1989, iniciou-se a operação do aterro sanitário no bairro da Caximba, localizado entre os municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande. A área total inicial do aterro sanitário era de 410.000m², sendo a área destinada à disposição de lixo de 237.000m². O aterro sanitário da Caximba recebia resíduos de Curitiba e 14 municípios da Região Metropolitana: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais, Mandirituba e Quatro Barras.

Para escolha desse local, a Prefeitura Municipal de Curitiba, fundamentada em estudos preliminares e normas operacionais, certificou-se de que a confinamento dos resíduos sólidos seria segura em termos de controle de poluição e proteção ambiental. Durante o projeto foi adotada uma produção "per capita" média de lixo de 0.55 Kg/hab/dia, e uma abrangência variável do sistema de coleta de 75% a 90%, nos anos de 1988 a 2010. Considerando-se a capacidade aproximada de projeto do aterro de 3.239.500 toneladas, e a projeção populacional para o município de Curitiba, estimou-se uma vida útil aproximada de 11 anos e cinco meses.

A chegada do aterro despertou motivação política na região e potencializou os moradores do bairro, fato que resultou na fundação, em 23 de maio de 2000, da Aliança para o Desenvolvimento Comunitário da Caximba (Adecom). As maiores e mais frequentes reivindicações referiam-se à falta de estrutura. É muito perceptível a presença da Adecom nas ações públicas que se referem aos interesses da Caximba. Um

exemplo atual e de grande destaque é o fechamento do aterro. A atuação dos moradores junto à Adecom em prol do fechamento do lixão ficou muito visível nas audiências públicas, mobilizações, além das notícias divulgadas na mídia.

Próximo ao fim da sua vida útil, o Aterro do Caximba possuía uma área total de 410 mil m². A expansão do aterro causou uma série de discussões. No ano de 2010, a área total para a destinação do lixo era de 439.540 m². No período de 2005 a 2010 ele foi utilizado sem autorização ambiental. Em consequência disso, foi a expansão o Plano de Encerramento do Aterro Sanitário de Curitiba, no início de 2009, que determinou a necessidade de um reajuste espacial, especialmente nas extensões mais antigas de disposição de resíduos.

Como uma maneira de tentar solucionar este problema, a prefeitura de Curitiba criou o Sistema Integrado de Processamento e Aproveitamento de Resíduos (SIPAR). Este sistema, criado com a finalidade substituir o aterro do Caximba, é um conjunto de tecnologias capazes de promover o máximo de aproveitamento dos resíduos, transformando em adubo e em material energético toneladas de lixo geradas diariamente. O aterro da Caximba foi encerrado no dia 1º de novembro de 2010, por decisão do juiz Marcel Guimarães Rotoli de Macedo da 1ª Vara da Fazenda Pública.

Análise das matérias

Durante o período que antecedeu e sucedeu o encerramento do aterro sanitário da Caximba, os veículos de comunicação do Paraná acompanharam o desenrolar dos fatos, inserindo-o em seu agendamento. A *agenda-setting* consiste na lista diária de acontecimentos cuja noticiabilidade é, em grande parte, dada como certa; também demonstra a capacidade dos veículos de comunicação em pautar a sociedade sobre temas de debate do cotidiano (WOLF, 2010). Ao noticiar um fato, a mídia atua como mediadora. Ela configura a passagem do acontecimento da esfera informacional para a esfera comunicacional. As pessoas, após serem “informadas”, passam a fazer uso interativo e social deste fato, o que altera a sua própria conduta e forma de agir, transformando a realidade, de forma individual ou coletiva. A mídia é a principal agência de socialização da sociedade moderna, principalmente no que se refere à produção de sentido (ALSINA, 2009).

Os quatro jornais, de certa forma, traduziram toda a complexidade do processo de encerramento aterro, e durante essa tradução, formaram representações sociais sobre o tema e sobre cada uma das principais fontes de informação. Representações sociais são categorias de pensamentos que expressam a realidade, explicando-a, justificando-a ou questionando-a. As representações são produzidas nas instituições, nas ruas, nos movimentos sociais, nos atos de resistência, nos canais informais de comunicação social, e em tanto outros lugares sociais, inclusive nos meios de comunicação de massa. São formadas quando as pessoas se encontram para falar, argumentar, discutir o cotidiano, ou quando elas estão expostas às instituições, aos meios de comunicação, aos mitos e à herança histórico-cultural de suas sociedades (GUARECHI-JOVECHELOVITCH, 2000).

O fator desencadeante do processo de formação de representações sociais é, assim como a ação mediadora da mídia, transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar. Isso se dá, pois além de um sistema econômico e político, a sociedade é um sistema de pensamento, o qual se divide em dois tipos diferentes de universos de pensamento: reificados, que são mundos restritos, onde circulam as ciências, que procuram trabalhar com a objetividade, dentro de teorias abstratas; e os consensuais, onde se localizam as práticas interativas do dia a dia, que produzem as representações sociais. O não familiar é produzido e se localiza dentro do universo reificado e precisa ser transposto para o universo consensual. Essa transposição é feita através dos meios de comunicação de massa.

No período selecionado, estes jornais publicaram 44 notícias sobre o encerramento do aterro. Em *O Estado do Paraná*, foram publicadas 12 notícias; na *Gazeta do Povo*, 19; no *Jornal do Estado*, 4; e na *Tribuna do Paraná*, 9. Com o clipping, percebeu-se que estes veículos utilizaram 14 diferentes fontes de informação, sejam elas instituições, pessoas que as representem (diretores, assessores de imprensa, entre outros) ou documentos produzidos por elas (portarias, decretos, entre outros).

As fontes consultadas foram as seguintes, com as respectivas quantidades de vezes que foram utilizadas: a) Aliança para o Desenvolvimento Comunitário da Caximba (Adecom), Jadir Silva de Lima (presidente da Adecom) ou os moradores do bairro Caximba: 25 vezes; b) Cavo Gestão Ambiental ou João Carlos David (diretor da Cavo): 3 vezes; c) Estre Ambiental ou Dirceu Pierro Junior (diretor comercial corporativo da Estre): 5 vezes; d) Elvis Roberto Maioky (Secretário Municipal de

Urbanismo de Curitiba): 4 vezes; e) Hospital da Cruz Vermelha, na figura de Lorena Monteiro (responsável pelo gerenciamento de resíduos do hospital): 1 vez; f) Hospital Vita: 1 vez; g) Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Victor Hugo Burko (ex-presidente do IAP) ou Volnei Bisognin (presidente): 4 vezes; h) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou Hélio Sydol (superintendente do Ibama no Paraná): 3 vezes; i) Luiz Antonio Bertussi Filho (engenheiro sanitaria e consultor do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde): 1 vez; j) Ministério Público ou Saint Clair Honorato dos Santos (promotor do Ministério): 6 vezes; k) Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) ou João Antonio Andreguetto (Secretário Municipal de Meio Ambiente): 20 vezes; l) Procuradoria Geral do Município da Prefeitura Municipal de Curitiba: 1 vez; m) Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) ou Jorge Augusto Callado Afonso (Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos): 11 vezes; n) Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) ou Eduardo Sarrão (juiz substituto - TJ/PR): 3 vezes; o) Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), na figura de Fernando Guimarães (presidente do TCE/PR): 1 vez.

Com esse levantamento, constatou-se que as fontes utilizadas com maior frequência foram a Adecom, seu presidente, Jadir Silva de Lima, ou os moradores do bairro Caximba (25 vezes); a SEMA ou o Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Augusto Callado Afonso (11 vezes), e a Prefeitura Municipal de Curitiba, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) ou o Secretário Municipal de Meio Ambiente, João Antonio Andreguetto (20 vezes).

Apesar de a transmissão de informações para o público parecer um processo linear, ele é circular, pois envolve tanto os interesses da mídia, como das fontes. Existem fatos que influenciam na aproximação dos jornalistas das fontes e vice-versa. Do ponto de vista das fontes, os que influenciam são os incentivos, o poder da fonte, a capacidade delas de fornecer informações credíveis e a proximidade, geográfica e social, em relação aos jornalistas, que é o fator determinante. Já do ponto de vista dos jornalistas, os fatores são a oportunidade antecipadamente revelada, produtividade, credibilidade, garantia e respeitabilidade (WOLF, 2010).

A relação entre fontes e jornalistas é bastante complexa. Porém, embora a escolha das fontes reflita diretamente no tipo de informação que o veículo de comunicação produz, existe um espaço de descontinuidade entre as fontes e veículos.

Isso propõe que, em nível de fontes, a noticiabilidade de um acontecimento é resultado de um processo de negociação ou *advocacy* (SILVA, 2007, P. 99). A escolha das fontes não é aleatória, já que deve obedecer as rotinas produtivas do jornalismo, que é permeada pela grande quantidade de informações e escassez de tempo para produção. Essas duas características fazem com que se privilegiem fontes que satisfaçam a exigência de se manter um fluxo constante, atual e seguro de notícias. As fontes utilizadas com mais frequência são, portanto, fontes institucionais ou provenientes de agências de notícias. Dos três diferentes atores sociais utilizados como fontes, apenas um não é uma fonte institucional.

No início do período de clipping, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), e o Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Augusto Callado Afonso, foram retratados como principais responsáveis pela não resolução da situação da Caximba. A mudança de exigências da SEMA quanto às licenças necessárias foi apontada como um “problema” que colocava o encerramento do aterro em risco. Por exemplo, nesse caso, que ocorreu a menos de um mês do encerramento do aterro da Caximba, a SEMA e o IAP cassaram uma portaria que habilitava a empresa Estre a implantar um aterro sanitário em Fazenda Rio Grande, que substituiria o da Caximba. Como a licença não possuía caráter definitivo, tanto a Secretaria quanto o IAP preferiram não correr o risco de autorizar a abertura.

Com isso, o impasse prossegue. Curitiba e região metropolitana continuam longe da prometida (em cartório!) solução ideal da implantação da indústria e também não encontram lugar ambientalmente adequado para destinar o lixo que produzem. *Gazeta do Povo* - Herança: destino do lixo volta à estaca zero, por Celso Nascimento (05/09/10)

Esse impasse que impediu a abertura do aterro em Fazenda Rio Grande, segundo o secretário do Meio Ambiente, Jorge Callado, foi embasado em relatórios emitidos por uma comissão técnica que reviu processos de licenciamento que tramitaram na SEMA e no IAP e verificou que o projeto de uso da área apresentado pela Estre ainda precisava ser alterado, como apresentado no jornal *O Estado do Paraná*:

O problema, porém, é que a SEMA, em sua última portaria, determinou que a distância mínima para a instalação dos aterros fosse de 1,5 mil metros de residências e estabelecimentos públicos, como hospitais, escolas, clubes e similares. *O Estado do Paraná* - Portaria atinge a Caximba (09/09/2010).

Com a aproximação da data estipulada para o encerramento do aterro, a questão do novo destino dos dejetos tornava-se mais constante na mídia e, junto, o temor da comunidade com a possibilidade de o prazo de validade da Caximba ser ampliado. Entretanto, esse questionamento do encerramento estava nas mãos da SEMA, assim colocado pelo *Jornal do Estado*:

Mas a certeza da desativação da Caximba depende das licenças de três áreas que foram credenciadas por Curitiba. Estes empreendimentos têm até meados de outubro para apresentarem as licenças de operação para finalizarem o credenciamento. Mas a SEMA, no momento, trabalha nas reavaliações destas três áreas Instituto Ambiental do Paraná (IAP), mas as licenças foram suspensas para nova avaliação. *Jornal do Estado* - Destino do lixo é incerto na Grande Curitiba (14/09/2010).

A proximidade da data final da entrega das licenças faz com que a SEMA se posicionasse de tal forma que acabou por repassar a responsabilidade de encontrar uma solução para o lixo de Curitiba e da região metropolitana para os municípios. Como publicado por *O Estado do Paraná*, a explicação do procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente do Ministério Público do Paraná, Saint-Clair Honorato Santos, mostra que o único aterro que poderia receber o lixo na conjuntura da época seria o de Ponta Grossa. E ainda coloca que “A solução efetiva seria se cada município assumisse a sua responsabilidade quanto ao lixo. Mas foi feita outra coisa. Eles criaram o problema que ficou deste tamanho”. Quando procurada para comentar sobre o depoimento do promotor, a SEMA se posiciona da seguinte forma:

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente ressalta que a definição do destino do lixo é de responsabilidade de quem gera, ou seja, do município, e não do órgão ambiental. Procurada pela reportagem, a prefeitura de Curitiba e os responsáveis não quiseram se manifestar sobre o assunto. (*O Estado do Paraná* - Mais perguntas do que respostas, 01/10/2010)

Da mesma forma, publicou o jornal *Tribuna do Paraná*:

Ele (Jorge Augusto Callado Afonso, Secretário do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) lembrou que cabe ao Estado a fiscalização e normatização da instalação dos empreendimentos, da mesma forma que é responsabilidade do município a correta destinação e gerenciamento do lixo gerado. (*Tribuna do Paraná* - Fim do Caximba (14/10/10)

Inicialmente, a SMMA era requisitada para justificar acontecimentos ou, até mesmo, problemas relacionados ao aterro, como no caso em que foi encontrado lixo hospitalar descartado na Caximba. Este episódio foi noticiado tanto na *Gazeta do Povo*

quanto em *O Jornal do Estado*, que uma trouxeram justificativa da SMMA, que foi rebatida posteriormente pelo Ibama. Após as declarações de Jorge Callado, a SMMA passa então a apresentar formas que a Prefeitura preparou para remediar a problemática do Caximba, como exemplo os projetos pós-encerramento.

(...) o secretário do Meio Ambiente de Curitiba, José Antônio Andreguetto, declarou que a intenção da prefeitura é transformar a Caximba em um parque municipal. (*Gazeta do Povo* - A Caximba em estado de graça (02/11/10)

De acordo com a prefeitura de Curitiba, mesmo desativado, as obras que atendem o Plano de Encerramento do Aterro da Caximba, que envolvem drenagem, melhoria no sistema de tratamento de chorume e monitoramento geotécnico e ambiental, serão concluídas. A intenção é criar um parque municipal na região. (*O Estado do Paraná* - Lixo agora tem novo endereço (02/11/2010)

Ao longo da análise do *clipping* é perceptível a representação da Prefeitura na mídia de forma neutra, não dando declarações polêmicas ou em alguns casos, não se pronunciando, como no caso em que o Consórcio Intermunicipal para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de Curitiba e Região Metropolitana e precisou corrigir todas as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) no processo de concorrência pública para implantação da usina de reciclagem de lixo, o chamado Sistema Integrado de Processamento e Aproveitamento de Resíduos (Sipar). Nesta situação, após ser procurada pela mídia, no caso o jornal *Gazeta do Povo*, a “prefeitura de Curitiba e o consórcio não se pronunciaram sobre o assunto.” (*Gazeta do Povo* - Licitação do lixo tem derrota – 28/10/10).

Existem também poucos exemplos de críticas da mídia à Prefeitura, como neste caso em que o ex-presidente do IAP declara que há tempos alertava a prefeitura de Curitiba sobre o estado da Caximba e que apresentou alternativas. A matéria foi publicada a algumas semanas do encerramento do aterro, na época, o destino do lixo ainda era incerto havendo muita pressão por parte da comunidade do bairro, além da sociedade.

2009 - Prefeitura apresenta ao IAP pedido para ampliação da Caximba, para tentar uma nova prorrogação do prazo, sem ter realizado qualquer melhoria nas condições ambientais do local. (*Jornal do Estado* - Burko alertou Beto que a Caximba era uma bomba relógio (15/09/2010)

Entretanto, essas notícias de caráter negativo são equilibradas com notícias sobre ações e projetos elaborados pela Prefeitura em prol da comunidade e aterro da Caximba.

Mesmo com a inativação da Caximba, a Prefeitura de Curitiba vai continuar realizando obras para reduzir os impactos e possíveis danos ambientais causados ao local. O plano de encerramento do aterro aprovado pelos técnicos do IAP envolve diversas ações como a drenagem e a melhoria no sistema de tratamento de chorume, além de monitoramento geotécnico e ambiental. A prefeitura ainda manifestou o interesse em construir um parque onde era o aterro, mas ainda não há prazo definido para a obra. (*Gazeta do Povo – Vida e Cidadania, Aterro da Caximba deixará de receber lixo na próxima segunda-feira, 29 out. 2010*)

Como vimos anteriormente, as fontes não são todas iguais e nem igualmente relevantes, assim como o acesso a elas. A rede de fontes que os meios de comunicação utilizam reflete a estrutura social e o poder existente na sociedade, e organiza-se a partir das exigências do processo produtivo (que privilegia as fontes institucionais, como a SEMA, a SMMA e a Prefeitura de Curitiba). As que não se enquadram nessas exigências muito raramente podem influir na cobertura jornalística. Ou seja, aquelas que detêm poder econômico e político (instituições) tornam-se fontes; as que não o têm dificilmente se tornam e, geralmente, só são procuradas quando suas ações produzirem efeitos noticiáveis de forma social ou moralmente negativas.

Porém, em nosso clipping, percebe-se que as fontes mais utilizadas são a Adecom, seu presidente, Jadir Silva de Lima ou os moradores da Caximba, e eles não detêm poder econômico, muito menos político na sociedade curitibana.

De acordo com o presidente da Aliança para o Desenvolvimento Comunitário da Caximba (Adecom), Jadir Silva de Lima, a população não vai mais aceitar a ampliação do tempo de uso do aterro. “Eu tenho a mesma sensação de uma pessoa que é assaltada, agredida, uma vez que a lei não é cumprida. Não vamos permitir que o uso do aterro ultrapasse a data-limite prometida, que será dia 1º de novembro. Se insistirem vamos chamar as autoridades para que isso não aconteça”, afirma. (*Tribuna do Paraná - Revolta na Caximba – 10/09/10*)

Para eles, a proximidade da desativação é carregada de expectativa e representa uma grande vitória, mas não termina com os problemas de quem mora no local. (*Gazeta do Povo - Fim do lixão da Caximba é carregado de expectativa pelos moradores 14/10/10*)

O engajamento dos moradores junto da Adecom foi a representação contada através do clipping, por onde foi possível visualizar a cronologia da luta dos moradores que sempre se mantiveram firmes e presentes no processo de encerramento.

Eles (os moradores) colocaram o assunto (encerramento do aterro) em evidência, e depois de muita luta, começam a sonhar com os dias sem o mau cheiro. (*O Estado do Paraná - Festa de Despedida do Caximba - 31/10/2010*)

Nem o ex-prefeito Beto Richa nem o atual, Luciano Ducci, querem um caos desse tamanho na cidade. Por isso a revelação de Richa de que obras estão sendo feitas para estender a vida útil do aterro indica que ele detém uma informação privilegiada: a prefeitura vai tentar que a Justiça reforme a decisão que mandava fechá-lo. Não vai custar barato: a comunidade do bairro afetado pelo malcheiroso aterro promete uma rebelião. (Gazeta do Povo - Richa revela: o Caximba vai continuar - 22/09/10)

A utilização da associação e dos moradores como fonte mais frequente, e não retratando atos social ou moralmente negativos, comprova a existência de um contra-agendamento em paralelo com a *agenda-setting* tradicional. O contra-agendamento tenta repensar, a partir de outro ponto de partida, o conceito de *agenda-setting*. É através dele que a sociedade também pode pautar a mídia com as suas necessidades e reivindicações, saindo de seu lugar de audiência, passando a ocupar o de protagonista na pauta periodista. A população consegue seu lugar na mídia graças a um árduo trabalho de *advocacy*, que é o conceito operador fundamental do contra-agendamento. Realizar *advocacy* significa trabalhar para a sensibilização da sociedade civil sobre a importância de temas de interesse social. Ao realizar *advocacy*, a população do bairro consegue lugar para expor suas reivindicações na mídia, que oferece a ela o espaço público capaz de lhe dar visibilidade, pois sem esse espaço, sua influência na esfera argumentativa é reduzida.

Considerações finais

Apesar do processo de transmissão de informações pelo jornalismo sugerir um processo linear, ele é, na realidade, circular: um jogo de forças entre jornalistas e fontes, cujo resultado final é a notícia. A produção da informação depende de uma série de fatores intrínsecos as rotinas produtivas do jornalismo. A notícia, por sua vez, influencia no processo de construção da realidade, que não é apenas uma representação simbólica, e sim, uma simultânea e contínua construção social. Ela fornece conhecimento que vai agregar, questionar ou negar a relação do indivíduo com o espaço coletivo. Os meios de comunicação de massa, dessa forma, também produzem representações sociais, pois ajudam a repassar os conteúdos dos universos reificados para os consensuais, tornando assim o não familiar, familiar.

Neste trabalho buscamos mostrar quais foram as representações sociais constituídas pelos jornais *O Estado do Paraná*, *Gazeta do Povo*, *Jornal do Estado* e

Tribuna do Paraná sobre o encerramento do aterro sanitário da Caximba e os atores sociais utilizados com mais frequência como fontes de informação. Pode-se dizer que, no caso do encerramento do Aterro da Caximba, houve uma atuação intensa da comunidade local, representada por sua associação de moradores, que conseguiu maior destaque na mídia que as demais fontes. Trata-se de uma forma de contra-agendamento e *advocacy*, numa situação de conflito de interesses.

Esse posicionamento influenciou na forma como a mídia representou socialmente os atores no caso do fechamento do Caximba. Contrariando algumas teorias que discutem o uso de fontes no jornalismo, a comunidade da Caximba conseguiu expor suas reivindicações na mídia, fornecendo uma representação positiva da comunidade. O que comprova a existência de um contra-agendamento, no qual a sociedade é capaz de pautar a mídia. Isso mostra que, apesar de representarem, na maior parte das vezes, os interesses do Estado e dos mais poderosos, os meios de comunicação, quando pressionados pela organização política da sociedade, também são capazes de produzir representações positivas de determinados atores sociais.

Referências

GAIESKI, A. A. **A disposição final do lixo no município de Curitiba:** uma proposta metodológica. Curitiba. 1989. Dissertação. Departamento de Geografia. Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVECHELOVITCH, Sandra et al. **Textos em representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARCHESINI JUNIOR, Atilio. O modelo estratégico urbano de “city marketing” e suas escalas de atuação. **Espaço em revista**, vol. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

MOTTA, Ronaldo Seroa da; SAYAGO, Daiane Ely. Propostas de instrumentos econômicos ambientais para a redução do lixo urbano e o reaproveitamento de sucatas no Brasil. **Texto para discussão – Ipea**, Rio de Janeiro, nº 608, nov. 1998.

OLIVEIRA, Márcio de. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000). **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 16, jun. 2011.

SANTOS, Nilton. Lutando contra o lixo da Cachimba: considerações sobre identidade social e participação política, Rio de Janeiro, **Revista de antropologia experimental**, n. 4, 2004.

SILVA, Luiz Martins da. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TRINDADE, E.M.C, **Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba**. Curitiba: UNILIVRE, 1997.

VELLOSO, Marta Pimenta. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(sup):49-61, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.